



Para além da dicotomia homem-natureza: a perspectiva não-moderna de Bruno Latour

Bruna Jamila Castro¹
Moisés Alves Oliveira²

Resumo: Este artigo tem o objetivo de apresentar a teorização do filósofo Bruno Latour, em especial a noção de *práticas de tradução* como ferramenta de sua crítica ao modo moderno de interpretação da realidade, efetuada a partir da dicotomia Homem-Natureza. Busca-se explorar também como este autor tem utilizado o conceito de “*Gaia*” para problematizar a ideia de “Natureza” – tomada como um bloco unificado e homogêneo. O artigo conclui apontando potencialidades de sua perspectiva não-moderna para explorar de forma renovada as questões ambientais.

Palavras-chave: Perspectiva não-moderna. Educação Ambiental. *Práticas de tradução*.

Beyond man-nature dichotomy: the non-modern perspective of Bruno Latour

Abstract: This article aims to present the theorization of the philosopher Bruno Latour, especially the notion of translation practices as a tool of his critique of the modern way of interpreting reality based on the Man-Nature dichotomy. It also seeks to explore how this author use the concept of "Gaia" to problematize the notion of "Nature" – taken as a unified and homogeneous block. The article concludes by pointing to the potential of its non-modern perspective to explore environmental issues in a renewed way.

Keywords: Non-modern perspective. Environmental education. Translation practices.

¹ Doutora em Ensino de Ciências e Educação Matemática pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Professora da Educação Básica no Estado do Paraná. Pesquisadora do Grupo de Estudos Culturais das Ciências e das Educações (GECCE-UEL). E-mail: brunajamila@gmail.com

² Doutor em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Professor do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Educação Matemática (UEL). Coordenador do Grupo de Estudos Culturais das Ciências e das Educações (GECCE-UEL). E-mail: moises@uel.br

Para más de la dicotomía homén-naturaleza: la perspectiva no moderna de Bruno Latour

Resumen: Este artículo tiene como objetivo presentar la teorización del filósofo Bruno Latour, especialmente la noción de *prácticas de traducción* como una herramienta de su crítica de la forma moderna de interpretar la realidad basada en la dicotomía Hombre-Naturaleza. También busca explorar cómo este autor utiliza el concepto de "Gaia" para problematizar la noción de "Naturaleza", tomada como un bloque unificado y homogéneo. El artículo concluye señalando el potencial de su perspectiva no moderna para explorar temas ambientales de una manera renovada.

Palabras clave: Perspectiva no moderna. Educación ambiental. *Prácticas de traducción*.

Introdução

Temos pautado nossa compreensão coletiva e conseqüentemente nossas ações em uma ideia dicotômica de mundo, de que existiriam duas zonas ontológicas inteiramente distintas e puras, a dos humanos (polo Sociedade/Sujeito) de um lado, e a dos não-humanos (polo Natureza/Objeto) de outro (LATOURE 1994). Esse abismo, diz Latour, instituído pelos modernos, entre os supostos domínios da realidade, tem nos paralisado frente a fenômenos como o aquecimento global, a perda de biodiversidade, a poluição atmosférica, a poluição dos oceanos, a escassez de água potável e outras tantas questões ditas "ambientais". Isso ocorre porque na prática onde quer que lidemos com um fenômeno aludido como "Natural", encontremos tipos de elos/relações com o humano e onde quer que abordemos o dito "Social" descobriremos associações/vínculos profundos com o não-humano (LATOURE, 2013a). Para Latour (2004), não é possível purificar essas alianças, colocando de um lado o essencialmente humano, subjetivo, e de outro o não humano, o essencialmente objetivo, pois elas são indissociáveis.

O filósofo Bruno Latour tem se dedicado a nos mostrar que com a abordagem moderna estaríamos procedendo apenas um "salto mortale" entre homem e natureza, ignorando o importante "meio do caminho" que dá significado aos acontecimentos (LATOURE, 2011, 2017a). A composição desse "caminho", central na análise dos estudos culturais das ciências, ocorre por meio de episódios sucessivos de relações, de "desvios" que deslocam o curso dos acontecimentos, passando de uma situação a outra por composições diversas de humanos e não-humanos e cujo percurso mistura ciências, direito, economia, política, em inúmeros jogos de convencimento da mídia, de legislações, de interesses de empresas multinacionais, de laboratórios de pesquisa etc. Pode-se dizer que na composição desse caminho "um conjunto de elementos heterogêneos, até então

desvinculados, [passam a] partilhar agora um destino comum dentro de um coletivo comum” (LATOURE, 2017a, p.117). Latour chama esse processo de construção/composição, negligenciado pela perspectiva moderna, de *práticas de tradução*³ (LATOURE, 1994, 2004).

O modelo reducionista de interpretação oferecido pelos modernos não tem dado conta dessas *redes sociotécnicas*⁴. Como exemplifica Latour (2011, p.7, tradução nossa) “neste momento não existe um caminho que ligue meu ato de trocar de lâmpada em minha casa [de uma incandescente para uma fluorescente] diretamente ao destino da Terra: essa escada não tem gradação; essa escada não tem degraus”. Em outras palavras, nos são apresentadas questões ambientais como produtos finais, dos quais pouco sabemos acerca de sua composição, isto é, acerca das associações entre os atores que a constituem, dos acordos com que/quem, com qual financiamento, qual instrumento, de acordo com qual paradigma, com relação a quais indústrias, governos, empresas. Essa ocultação das *práticas de tradução* parece decisiva para nossa incompreensibilidade e falta de afetação com as questões ambientais.

É urgente e relevante, neste sentido, buscar outros olhares, novos instrumentos que nos permitam observar e apreender as questões ambientais em suas complexidades, em suas *práticas de tradução*, isto é, buscar formas não-modernas de abordagem. De acordo com Latour (2017b), dar representação às relações/conexões entre os atores e seu coletivo lança uma perspectiva de análise importante que pode nos ajudar a decidir/responder às urgências que pululam em nosso espaço-tempo.

Este artigo se propõe a apresentar, portanto, a crítica de Latour a interpretação moderna das questões ambientais e ensaiar brevemente uma leitura da proposta não-moderna do autor, que permite passar de uma perspectiva (moderna) centralizada no humano para uma perspectiva descentralizada/distribuída (não-moderna), que traz para o plano principal tudo o que costumava permanecer no fundo. Algo que, segundo o Latour (2017b), poderia estreitar a nossa conexão e experiência coletiva, por meio de outros

³Latour também utiliza o termo “*translação*” para se referir a esses encadeamentos sucessivos de relações que tecem a ação. Em algumas obras toma-se os termos “*translação*” e “*tradução*” como sinônimos, em outras, o autor vai considerar “*tradução*” como o conjunto das diversas translações. Importante destacar que o termo “*tradução*” é encontrado originalmente na obra de Michel Serres – principalmente no livro “*La traduction*”, publicado em 1974 – sendo apropriado posteriormente por Callon e Latour para os estudos de ciências e tecnologias.

⁴O significado deste conceito na teorização de Latour desafia a noção tradicional de rede (uma malha feita de fios entrelaçados e pontos fixos que se encontram) e está mais ligado a fluxos/movimentos, circulações, alianças, que se formam na ação de atores humanos e não-humanos em associação. As redes são sempre contingentes e provisórias, e envolvem muito trabalho para serem mantidas (LATOURE, 2012).

sensores que trazem o que temos considerado “Natureza” para uma versão mais profana/mundana.

A crítica de Latour a interpretação moderna

Latour é um dos pesquisadores dos *Science Studies* mais influente da contemporaneidade (PRATES, 2013; CARDOSO, 2015; MAIA, 2017). Atualmente vincula-se ao *Institut d'Études Politiques de Paris (Sciences Po)*, um dos mais renomados e fecundos centros de estudo superior da Europa, onde atua como professor; vice-diretor de pesquisa; diretor do *Programme d'expérimentation en art et politique*, um programa que une ciências, artes e políticas para tratar de questões controversas; e, diretor do *médialab*, um centro de pesquisas que foca suas ações no desenvolvimento de métodos digitais, principalmente para estudos das áreas de ciências sociais e humanas, para mapear e analisar controvérsias.

É possível identificar na ampla produção intelectual de Latour uma problemática comum que atravessa, de forma mais ou menos explícita, o conjunto de sua obra: a antropologia dos modernos. De acordo com o próprio autor, entender a contradição entre as experiências do mundo e as visões autorizadas pela metafísica moderna, é algo que ele tem perseguido há quarenta anos (LATOURE, 2017b). Em obras *clássicas* de Latour como “*Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*” (1994) e “*Política da natureza: como fazer ciência na democracia*” (2004), o autor coloca em xeque “o próprio estatuto da modernidade e a crença de que é possível realizar a separação moderna entre o mundo natural, das coisas inatas, e o mundo social e político, da ação humana” (REZZADORI, 2017, p.38), fornecendo-nos elementos importantes para pensar a crise ecológica que marca nosso espaço-tempo a partir de uma visão não moderna.

O principal entrave da filosofia moderna segundo Latour é a “separação entre o homem e as coisas, *res cogitans* e *res extensa* (mente e matéria), sujeito e objeto, sociedade e natureza etc.” (CARDOSO, 2015, p.117). Com os livros citados acima, Latour nos ajuda a entender que as separações jamais se efetivaram na prática e que “Natureza e Sociedade não oferecem nenhuma base sólida sobre a qual possamos assentar nossas interpretações” (LATOURE, 1994, p.95). Essa forma específica de distribuição de atores no mundo, dominante no ocidente, seriam apenas uma boa ficção, que funciona por meio de dois conjuntos de práticas: o primeiro produz, por *tradução*, “misturas entre gêneros de seres completamente novos, híbridos de natureza e cultura”; o segundo cria, por *purificação*,

“duas zonas ontológicas inteiramente distintas, a dos humanos, de um lado, e a dos não-humanos, de outro” (LATOUR, 1994, p.16).

Licitamente, aos olhos dos modernos, só existiriam as práticas de *purificação*, em que cada um dos personagens se encaixaria em uma das duas categorias possíveis de existência e, independente do desenrolar da trama, os humanos dotados de agência integrariam o polo da Sociedade, e os não-humanos, passivos à ação humana – apropriados material ou simbolicamente pelos humanos – pertenceriam ao polo Natureza. Neste contexto, “cabe à ciência a representação dos não-humanos, mas lhe é proibida qualquer possibilidade de apelo à política; cabe à política a representação dos cidadãos, mas lhe é proibida qualquer relação com os não-humanos” (LATOUR, 1994, p.33-34). Isso define o mundo dos modernos e os diferem dos pré-modernos, pois os modernos saberiam exatamente que a Natureza é genuinamente algo “natural”, exterior ao mundo da experiência, uma unidade que está além da construção humana, algo transcendente. Confundir ou ignorar a separação seria um primitivismo, seria voltar ao passado, “ora, ou as coisas são naturais ou são sociais, pensam [os modernos]; acreditar que estes domínios se confundem é resvalar na irracionalidade” (COSTA, 2014, p.16).

Mas na prática, ilicitamente, estas separações não existem *a priori*, o que temos são apenas atores humanos (cientistas, políticos, economistas, juristas, ambientalistas etc) e não-humanos (bactérias, computadores, dinheiro, artigos, leis etc) em episódios sucessivos de relações, em que seus percursos vão se misturar, passar por processos de *tradução* (desvios e composições). Somente após a estabilização momentânea dessa operação é que o trabalho de *purificação* começa, recompondo de forma fragmentada os supostos domínios, ou seja, Natureza e Sociedade são resultados parciais e purificados da prática central (*tradução*), são produto e não matéria-prima, eles surgem sempre *a posteriori*, derivados pela mobilização e coordenação de elementos heterogêneos (LATOUR, 1994).

Para que a ideia de modernidade permaneça funcionando é preciso, portanto, deixar “invisível, impensável, irrepresentável o trabalho de mediação [*tradução*] que constrói os híbridos” (LATOUR, 1994, p.40), quer dizer, manter na obscuridade a construção do mundo comum, isto é, a multiplicação dos “quase-objetos”⁵, estas associações complexas de atores humanos e não-humanos que não podemos considerar exclusivamente sociais, tampouco naturais.

⁵ Latour usa o termo “quase-objetos” ou “quase-sujeitos” para se referir aos híbridos de humanos e não-humanos, uma vez que em relação eles “não ocupam nem a posição de objetos que a Constituição [moderna] prevê para eles, nem a de sujeitos” (LATOUR, 1994, p.54).

Todavia manter as aparências e obscurecer a contradição/paradoxo entre o trabalho oficial da *purificação* e o trabalho oficioso da *tradução* não é tarefa fácil. A proliferação dos quase-objetos é cada vez mais fácil de ser observada. Os frutos das *práticas de tradução* estão se multiplicando clandestina e infinitamente em inúmeras controvérsias, em especial nas ambientais. Latour (1994, 2004, 2016, 2017b) mostra-nos que o aquecimento global, derretimento das geleiras, desaparecimento da camada de ozônio, mudança climática, entre outras questões, representam com clareza como fatos e valores, sujeito e objeto, se confundem, mesclam ou fundem características em uma amálgama. Um mesmo fio conecta “a mais esotérica das ciências e a mais baixa política, o céu mais longínquo e uma certa usina no subúrbio de Lyon, o perigo mais global e as próximas eleições ou o próximo conselho administrativo” (LATOURE, 1994, p.7). Quando se trata de *matters of concern* não encontraremos apenas ciência ou política ou economia, o que temos são naturezas-culturas⁶ reviradas e unidas na mesma história (LATOURE, 2004).

É como se pudéssemos realizar duas interpretações completamente opostas [...]. A primeira supõe, em cada estágio, uma ruptura radical com o passado, ruptura graças à qual o subjetivo e o objetivo, o político e o científico, os humanos e os não-humanos se distinguem cada vez mais entre si; eu chamaria essa interpretação de emancipação e modernização [...]. Uma segunda interpretação acarreta, ao contrário, que em cada estágio se dá uma implicação cada vez maior, cada vez mais íntima, em uma escala cada vez mais ampla, através de desvios cada vez mais longos, entre técnicas, ciências e as políticas, cada vez mais difíceis de desemaranhar... Chamo essa segunda visão de vinculação e ecologização (LATOURE, 2016, p.66).

Os modernos creem “falar da Natureza, do Sistema, de uma Totalidade hierarquizada, de um mundo sem o homem, de uma Ciência garantida” (LATOURE, 2004, p.48), mas tratam, na verdade, de “associações de seres de formas complicadas: regulamentos, aparelhos, consumidores, instituições, costumes, novilhos, vacas [...]” (LATOURE, 2004, p.46). Oficialmente “os modernos purificam ontologia e epistemologia. Oficiosamente, são misturadores do mais alto grau” (MARRAS, 2009, p.22). Em vez de uma totalidade – encarnada como Natureza ou Sociedade – temos agentes distribuídos, associações de humanos e não-humanos que dissolvem a racionalidade da perspectiva moderna.

⁶ Mais recentemente na teorização de Latour o termo “naturezas-culturas” é substituído por “coletivos”. Coletivos não guardariam o resquício do pensamento dicotômico. Este termo refere-se a uma (re)distribuição de humanos e não-humanos e suas relações, que eram anteriormente aprisionadas e cortadas com a ideia moderna de uma Natureza e uma Sociedade. Não deve remeter “a uma unidade já feita, mas a um procedimento para *coligar* as associações de humanos e não-humanos” (LATOURE, 2004, p.373, grifo do autor).

Em obras mais recentes, como nas palestras “*Waiting for Gaia. Composing the common world through arts and politics*” (2011), “*Facing Gaia. Six lectures on the political theology of nature*” (2013a), “*Agency at the Time of the Anthropocene*” (2014a), “*War and peace in an age of ecological conflicts*” (2014b); “*How to make sure Gaia is not a God of Totality?*” (2014c); no artigo “Para distinguir amigos de inimigos no Antropoceno” (2014d); no livro “*Facing Gaia. Eight Lectures on the New Climatic Regime*” (2017b); e em entrevistas como “*Diplomacy in the Face of Gaia*” (2015)⁷, Latour tem utilizado a noção de “*Gaia*” para refinar sua crítica à cosmopolítica instituída pelos modernos no Ocidente, principalmente para problematizar a ideia de Natureza como um domínio/bloco homogêneo.

***Gaia* e a dissolução da dicotomia homem-natureza**

Gaia é um dos nomes que vêm sendo (re)convocados por filósofos, sociólogos e antropólogos da atualidade para se pensar ontológica e politicamente os modos possíveis de enfrentamento dos atuais modos de existência não só dos humanos, mas de uma enorme quantidade de outros viventes sobre (e sob) a Terra (DANOWSKI; VIVEIROS DE CASTRO, 2014). Latour (2013a; 2014a, 2014c, 2014d, 2017b) adota a figura de *Gaia* como uma metáfora para os processos de uma Terra que está *viva*, uma forma poderosa de garantir que um todo unificado prematuramente (Natureza) não assuma a definição do que os organismos estão fazendo. A partir de uma releitura da teorização do químico inglês James Lovelock, Latour nos apresenta como *Gaia* pode ser uma forma de reabrir a noção de Natureza e redistribuir o que tinha sido embalado dentro desse conceito.

No início da década de 70, Lovelock assume o nome da Deusa *Gaia*⁸, como metáfora para representar o comportamento sistêmico do planeta Terra. Mais tarde, em parceria com a bióloga estadunidense Lynn Margulis, assume que a biosfera e os componentes físicos da Terra, como a atmosfera, criosfera, hidrosfera e litosfera, são intimamente integrados, que seus elementos interagem entre si, de modo a formar um complexo sistema que mantém as condições climáticas e biogeoquímicas preferivelmente em homeostase, ou seja, que os componentes de *Gaia* buscariam meios de se

⁷ A maioria destes textos está disponível no *site* oficial de Bruno Latour: <<http://www.bruno-latour.fr/>>.

⁸ Na mitologia grega “*Gaia*”, também conhecida como Geia, Gea ou Gê, era venerada como a entidade divina que deu origem a tudo, a deusa primordial: a “Mãe-Terra” (BRANDÃO, 1997). Quando voltou à cena como nome de uma hipótese científica, foi difícil não haver comparações. Conforme Latour (2013a), esse foi um dos principais empecilhos para a aceitação/reconhecimento da inovadora proposta de Lovelock.

ajustar/adaptar, ou melhor, de se autorregular (LOVELOCK; MARGULIS, 1974). Uma visão que se opunha à “noção epistemológica tradicional de que a Terra seria um espaço inerte onde a vida se desenrola” (COSTA, 2014, p.54).

Sem concordar com todos os contornos da teorização de Lovelock, isto é, atento a algumas contradições deste autor, Latour tem defendido que *Gaia* tem sido mal compreendida por boa parte da comunidade científica, principalmente por aqueles que tentaram encaixar esta potente noção, que apresenta uma nova descrição de um estado de coisas, em uma moldura antiga (LATOURE, 2013a). Equivocadamente, diz Latour, tratam-na, por exemplo, como um tipo de *Gaia-Deusa-da-Nova-Era*, sensível aos nossos apelos, ou uma *Gaia-Pro-Vida*, uma espécie de ativista protetor da vida, ou em uma *Gaia-Babá*, que precisa tomar conta dos seres e prover suas necessidades (LATOURE, 2014c). De acordo com o filósofo, Lovelock jamais introduziu em sua teorização que *Gaia* é um todo coerente e harmonioso, que trabalha como um único superorganismo vivo, isso foi algo que seus leitores modernos fizeram, reduzindo-a a uma totalidade, a um sinônimo de Natureza (LATOURE, 2014c). Latour alerta para o risco de um pensamento holístico que despreze a multiplicidade de *Gaia*: se a tratarmos como uma totalidade, ela será apenas uma possibilidade de recarregar as formas modernas de pensar, de recarregar a ideia de Natureza. Como veremos, ela não guarda nenhum sentido ou semelhança com esta e é justamente por isso que Latour acha *Gaia* tão interessante.

Vale recordar que a Natureza para os modernos não passa de um pano de fundo unificado e inanimado (destituído de agência). *Gaia*, ao contrário, guarda o sentido de um mundo composto por inúmeras entidades, que está vivo/animado, e que responde às nossas ações de modo ativo e imprevisível. Utilizemos como exemplo o CO₂ que, ao ser lançado no ar pela queima de combustíveis fósseis (de automóveis, termoelétricas, indústrias, queimadas etc.), é absorvido pela atmosfera e pela água do mar, que por sua vez influenciam no aumento da temperatura, que acelera o derretimento das geleiras, que aumenta o nível dos oceanos, que afeta as correntes marítimas, que prejudica a vida marinha, que motiva cientistas a investir em laboratórios e buscar financiamento, a políticos delinearem campanhas políticas “verdes”, e assim por diante. Quando acionamos uma entidade/ator toda uma cadeia de outras agências entrelaçadas a esta entidade ganha vida. E não se trata de um antropomorfismo, como alerta Latour contra os críticos de Lovelock, não se trata de atribuir a atores inanimados características humanas, mas sim de distribuir e reconhecer o poder de agência dos mais diversos entes (LATOURE, 2013a).

Na opinião de Latour (2013a), essa é a peculiar beleza da teoria de Lovelock e Margulis. Um vizinho que manipula ativamente seus vizinhos e é manipulado por todos os outros. Em *Gaia* nenhum agente é apenas sobreposto ao outro, como seria o caso se vivêssemos sob uma Natureza inerte e passiva. Estas ondas de ação não respeitam quaisquer fronteiras tradicionais entre Natureza e Homem, entre Sociedade e indivíduo, o todo e a parte, e, talvez, o mais importante, essas ondas de ação não acontecem em uma escala fixa, por isso precisam ser pensadas a partir de suas contingências e não é possível generalizá-las. Isso permite realçar a lógica da imanência, nessa cascata contingente de eventos imprevistos do baixo mundo, em oposição à transcendência da Natureza dos modernos (LATOURE, 2017a).

Passa-se a reconhecer que “toda a ação, neste nosso mundo sublunar, tem custo, isto é, consequências que retroagem inevitavelmente sobre o agente” (DANOWSKI; VIVEIROS DE CASTRO, 2014, p.130). Como destaca Latour (2017a, p.99, tradução minha): “Se A modifica B, C, D e X para que estes se adaptem à sua sobrevivência, é igualmente certo que B, C, D e X modifiquem A por sua vez”. Tomemos como exemplo o a poluição dos oceanos por plástico: o descarte de canudinhos pode gera ondas de ação não intencionais – que ativa atores, que ativam outros – estabelecendo relações mais ou menos numerosas, recíprocas e, sobretudo, retroativas, pois alguns desses canudinhos plásticos acabam no oceano, se degradando lentamente, os peixes confundem esses resíduos (de componentes químicos tóxicos e bioacumuláveis) com outros organismos e acabam se alimentando destes, que por sua vez também nos servem de alimentação. Trata-se de reconhecer “que nossa existência se sustenta sobre uma teia magnífica e muito complexa de interações entre organismos vivos e elementos inorgânicos, nas quais os entes agem uns sobre os outros sem uma intenção, ordem ou direção previsíveis” (COSTA, 2014, p.19).

Se encararmos literalmente a teoria de Lovelock, diz Latour (2017b), não há mais ambiente/natureza, uma vez que todos os agentes modificam tanto quanto possível seus próprios vizinhos, sendo completamente impossível distinguir o que é o ambiente ao qual um organismo se adapta, e qual é o ponto onde a ação começa. Não há nada que venha a nos distinguir fundamentalmente dos outros atores que compõem o mundo: o que costumava ser chamado de “ambiente” agora pode ser considerado forças, ações, entidades e ingredientes que estão fluindo em rede. Assim, se pensarmos em termos de agência, a distinção entre um ente e seu ambiente se dissolve. Como em uma *fita de Möbius*, com a *Gaia* não há nem dentro, nem fora (LATOURE, 2013a).

Para Latour (2017b) essa ideia é inovadora por destruir o pensamento global moderno. No momento em que tomamos a Terra como uma esfera totalizada, como um Globo, a reduzimos aos limites da Natureza, o que nos autoriza a saltar prematuramente a um nível superior e a encarar tudo como se estivéssemos fora das relações (fora das redes) – como se víssemos tudo de cima, de uma “sala de controle” (LATOURE, 2017b). Nesta figura global sempre se pressupõe uma composição fixa, já definida, já dada, onde o todo seria maior que a soma de suas partes. É aí que mora o perigo. O autor defende que a noção de Globo (ou de um pensamento Global) unifica apressadamente aquilo que deveria ser composto, uma vez que o todo é necessariamente menos complexo que os atores que o tornam possível.

Potencialidades da perspectiva não-moderna de Latour para uma abordagem renovada das questões ambientais

Entramos irreversivelmente em uma época que é ao mesmo tempo pós-natural, pós-humana e pós-epistemológica, como argumenta Latour (2017b). A divisão Natureza e Sujeito/Sociedade não tem sido produtiva, pois “não há de antemão o mundo das coisas em si de um lado e o mundo dos homens entre si de outro” (FREIRE, 2006, p.49). Estes supostos domínios da realidade são apenas o modo de organização política dos modernos que tem se mostrado completamente insuficiente para nos orientar nos conflitos que batem à nossa porta. As questões ambientais são exemplos de acontecimentos que não se encaixam nos velhos moldes modernos, teimam em vazar, transbordar e se vascularizar por meio de controvérsias ao mesmo tempo científicas, políticas, jurídicas, econômicas etc.

Os caminhos traçados até o momento pela perspectiva moderna nos levaram diretamente para a crise ecológica na qual nos encontramos. Pensar as questões ambientais de um modo não dualista parece-nos, neste sentido, essencial tanto para a compreensão, quanto para a formulação de possíveis soluções para as mesmas. A suposta divisão de tarefas entre Ciência e Política, firmada pela constituição moderna só tem dificultado a vida daqueles a quem foi atribuída a capacidade de resolver os problemas: os cientistas se vêem agora obrigados a sair de seus laboratórios para debater sobre entidades imprevisíveis, ambivalentes, que envolvem e são envolvidas por humanos; e os políticos, que pensavam representar exclusivamente as questões dos homens, precisam agora sair de seus gabinetes e levar em conta também o direito dos não-humanos (PIMENTEL, 2003). Fatos e opiniões já estão misturados, e ficarão cada vez mais misturados no futuro e “se é isso que fazemos na prática, então que construamos a política que lhe corresponda em vez

de fazer de conta que há uma história subterrânea, aquela das associações, e uma história oficial, que é a de emancipação dos limites da natureza” (LATOUR, 2013b, s.p.).

O primeiro passo para ampliar nosso estreito repertório de modos de ver/viver o mundo é abandonar, portanto, este coletivo em duas câmaras, a ideia de *Gaia* na teorização latouriana acena com uma alternativa aos modos já consagrados de conceber essas questões, fornecendo-nos equipamentos para empreender um deslocamento necessário de pensamento, que põe em cheque essa ilusão dos modernos e nos mostra que a Terra funciona como “[...] um envelope ativo, local, limitado, sensível, frágil, estremeado e facilmente afetável/irritável” (LATOUR, 2014a, p.3, tradução nossa), em que forças/ações estão fluindo entre os entes em rede, produzindo alterações sobre si mesmos e sobre os outros, sem respeitar qualquer fronteira entre os supostos domínios Natureza e Sociedade.

Nesta esteira, a agência macrofísica dos humanos, a ideia de uma dominação do humano sobre o não-humano, tão difundida e defendida na modernidade, perde sentido, uma vez que as entidades mais simples podem se tornar também protagonistas, como o dióxido de carbono no aquecimento global e na acidificação dos oceanos, os óxidos de nitrogênio na poluição do ar, os plásticos na poluição dos oceanos, e tantos outros exemplos que nos mostram a distribuição da agência entre os diversos atores. “Para qualquer curso de ação, tornou-se altamente incerto se estamos considerando uma agência humana ou não-humana no trabalho” (LATOUR, 2014b, p.59, tradução nossa). Diferente do que defendem orgulhosamente os modernos, portanto, a ação não foi uma propriedade exclusiva dos humanos, mas sim de uma associação de atores não-humanos e humanos que instauraram, de forma recíproca, as mais diversas negociações, ativando inúmeros agentes. Nessa cadeia de associações eles não cessaram de se afetar e de trocar propriedades. Ambos traduzem e desviam a ação do outro, redefinindo continuamente a rede.

Latour (2017b) defende que uma vez deixado de lado à tradição modernista e seu pensamento global – a ideia de Natureza e/ou Sociedade como blocos unificados e generalizados – “*resta-nos coisas interessantes a fazer*”, como analisar as crises práticas de *Gaia*. No Brasil, pesquisadores de diversas áreas têm adotado a perspectiva não-moderna de Latour para explorar as associações que formam nosso coletivo, observando em especial o movimento/circulação da ação que compõem redes em momento de disputa/controvérsia, seguindo os atores em suas *práticas de tradução* (CASTRO, 2018; FERNANDEZ, 2014; FARIA, 2014; COSTA, 2014; FLEURY, 2013, VARGAS, 2013, ROCHA, 2011, para citar alguns). Estas pesquisas analisaram como “propostas de solução para a poluição dos oceanos por plástico”, o “carbono assimilado por manguezais”, a “implementação de um

projeto de uma grande empresa mineradora”, o “caso do aquecimento global na Wikipédia”; a “construção de uma hidrelétrica na Amazônia brasileira”, os “as plantas transgênicas no sul do Brasil”, a “dinâmica agroextrativistas do babaçu”, possibilitaram – cada rede ao seu modo – a formação de elos entre locais, pessoas e outras entidades que até então não existiam, colocando em evidência as discordâncias entre os atores, quanto a seus efeitos, abrangência, limites técnicos ou sobre como afetariam as pessoas.

Cabe salientar que as investigações que se valem deste referencial o utilizam como um dispositivo que tem potencial para estimular a participação democrática, pois ao traçar as redes que compõem as questões ambientais permite-se compreender mais claramente a extensão das ações e as possibilidades de reverberação destas, possibilitando uma ampliação político-pedagógica. Desta forma, não almejam para dar soluções, tampouco respostas fáceis, rápidas ou tranquilizadoras, pelo contrário, buscam justamente assinalar problemas, dar a pensar e abrir possibilidade de reflexão, debate e tomadas de decisão, nas palavras de Holanda e Lemos (2013, p.14), permitem “visualizar novamente como problemático aquilo que se assumiria como dado”.

À guisa de conclusão gostaríamos de reforçar, portanto, a ideia da importância de buscar alternativas à forma moderna de interpretar o mundo, de buscar maneiras de (re)criar as conexões entre os atores e seu coletivo, de reconstruir nossa sensibilidade para com as associações que formam as questões ambientais. Não podemos perder de vista que encontramos-nos em uma zona crítica, em que as condições para a vida na Terra estão inserindo limiares de mudanças radicais e incertas, a ação já não pode mais ser postergada. É possível fazer escolhas, tomar decisões e tecer pensamentos e abordagens outras, pois “o futuro será muito diferente se prolongarmos a aventura da modernização ou nos propusermos a trabalhar para absorver todas as vinculações, todas as ligações pelas quais nos tornamos pouco a pouco responsáveis” (LATOURET, 2016, p.68).

Referências

- BRANDÃO, Junito de Souza. **Mitologia grega**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- CARDOSO, Tarcísio de Sá. **A epistemologia da mediação em Bruno Latour**. 2015. 284f. Tese (Doutorado em Tecnologias da Inteligência e Design Digital) – Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.
- CASTRO, Bruna Jamila. **O Antropoceno e a urgência de pensar possibilidades não modernas para a análise de questões ambientais: a controvérsia da solução para a poluição dos oceanos por plásticos**. 2018. 140f. Tese (Doutorado em Ensino de Ciências e Educação Matemática) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2018.

COSTA, Alyne de Castro. **Guerra e paz no antropoceno**: uma análise da crise ecológica segundo a obra de Bruno Latour. 2014. 133f. Dissertação (Mestrado Filosofia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

COSTA, Bernardo Esteves Gonçalves. **As controvérsias da ciência na Wikipédia em português**: o caso do aquecimento global. 2014. 355 f. Tese (Doutorado em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

DANOWSKI, Débora; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Há mundo por vir?** Ensaio sobre os medos e os fins. Florianópolis: Cultura e Barbárie/Instituto Socioambiental, 2014.

FARIA, Elisa Sampaio. **Cartografia de controvérsias**: conexões entre o conhecimento científico e a disputa sobre a instalação do projeto apolo na serra do gandarela. 2014. 190f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

FERNANDEZ, Viviane. **Para onde vamos com o sequestro de carbono?** A rede sociotécnica do carbono assimilado por manguezais. 2014. 448f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

FLEURY, Lorena Cândido. **Conflito ambiental e cosmopolíticas na Amazônia brasileira**: a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte em perspectiva. 2013. 318f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto alegre, 2013.

FREIRE, Leticia de Luna. Seguindo Bruno Latour: notas para uma antropologia simétrica. **Comum**, v.11, n. 26, p.46-65, 2006.

HOLANDA, André; LEMOS, André. Do paradigma ao cosmograma: sete contribuições da Teoria ator-rede para a Pesquisa em Comunicação. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO. 22. **Anais...** Salvador: UFB, 2013.

LATOUR, Bruno. **A esperança de Pandora**: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2017a.

LATOUR, Bruno. Agency at the time of the anthropocene. **New Literary History**, v.45, n.1, p.1-18, 2014a.

LATOUR, Bruno. **Cogitamus**: seis cartas sobre humanidades científicas. São Paulo: Editora 34, 2016.

LATOUR, Bruno. Diplomacy in the Face of Gaia: Bruno Latour in conversation with Heather Davis. In: DAVIS, Heather; TURPIN, Etienne (Ed.) **Art in the Anthropocene**: encounters a mong aesthetics, politics, environments and epistemologies. London: Open Humanities Press, 2015, p.43-57.

LATOUR, Bruno. Entrevista realizada por Fernando Eichenberg. **Jornal O Globo**. Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 2013. 2013b.

LATOUR, Bruno. Entrevista realizada por Luiz Felipe Reis. **Jornal O Globo**. Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 2014. 2014b.

LATOUR, Bruno. **Facing Gaia**. Eight lectures on the new climatic regime. London: Polity Press, 2017b.

LATOUR, Bruno. **Facing Gaia**. Six lectures on the political theology of nature. Gifford Lectures at the University of Edinburgh. Edinburgh, 2013a.

- LATOURE, Bruno. **How to make sure Gaia is not a God?** With special attention to Toby Tyrrell's book on Gaia. Palestra proferida na abertura do Colóquio Mil Nomes de Gaia. Rio de Janeiro, 2014c.
- LATOURE, Bruno. **Jamais fomos modernos**: ensaio de Antropologia Simétrica. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.
- LATOURE, Bruno. Para distinguir amigos e inimigos no tempo do Antropoceno. **Revista de Antropologia**, v. 57, n.1, p.11-31, 2014d.
- LATOURE, Bruno. **Políticas da natureza**: como fazer ciência na democracia. Bauru: Edusc, 2004.
- LATOURE, Bruno. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria do ator-rede. Salvador: Edufba, 2012.
- LATOURE, Bruno. **Waiting for Gaia**. Composing the common world through art and politics. A lecture at the French Institute. London, 2011.
- LATOURE, Bruno. War and peace in an age of ecological conflicts. **Revue juridique de l'environnement**, v.39, n.1, p.51-63, 2014b.
- LOVELOCK, James Ephraim; MARGULIS, Lynn. Atmospheric homeostasis by and for the biosphere: the Gaia hypothesis. **Tellus**, v. 26, n. 1-2, p.2-10, 1974.
- MAIA, Carlos Alvarez. Agência material recíproca: uma ecologia para os estudos de ciência. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 24, n. 2, p. 447-464, 2017.
- MARRAS, Stelio Alessandro. **Recintos e evolução**: capítulos de antropologia da ciência e da modernidade. 2009. 422f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.
- PIMENTEL, César Pessoa. **Crise ambiental e modernidade**: da oposição entre natureza e sociedade à multiplicação dos híbridos. 2003. 88f. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2003.
- PRATES, Vinícius. Entre formigas e estrelas. **Galáxia**, v.13, n. 25, p. 206-210, 2013.
- REZZADORI, Cristiane Beatriz Dal Bosco. **Educação química pelo olhar latouriano**. 2017. 228f. Tese (Doutorado em Ensino de Ciências e Educação Matemática) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017.
- ROCHA, Maria Regina Teixeira. **A rede sociotécnica do babaçu no Bico do Papagaio (TO)**: dinâmicas da relação sociedade-natureza e estratégias de reprodução social agroextrativista. 2011. 252 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- VARGAS, Felipe. **Controvérsias em biotecnologias transgênicas no sul do Brasil**: uma cartografia de associações e a produção de diferenças. 2013. 230f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- VENTURINI, Tommaso. Diving in magma: how to explore controversies with actor-network theory. **Public Understanding of Science**, v. 19, n. 3, p. 258-273, 2010.

Submetido em: 16-08-2018.

Publicado em: 31-08-2018.